



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE DOAÇÃO DE BENS PR/RJ Nº 01/2016

**Material Bibliográfico – Livros
jurídicos e de outras áreas do
conhecimento.**

1. A Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro torna público, a todos os interessados que virem o presente edital de divulgação ou dele tomarem conhecimento, a disponibilidade de bens permanentes para fins de doação - material bibliográfico: livros jurídicos e de outras áreas do conhecimento - cuja listagem consta dos anexos 1 e 2 deste edital, elaboradas pela Comissão Especial de Avaliação e Alienação de Bens Patrimoniais, designada pela Portaria PRRJ Nº 785, de 30 de junho de 2015.

2. Os bens classificados como antieconômicos poderão ser doados a órgãos vinculados ao(s) poder(es) Estadual e/ou Municipal, a empresa pública, sociedade de economia mista, instituição filantrópica reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos do inc. II do Art. 15 do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

3. O(s) interessado(s) deverá(ão) manifestar seu interesse por meio de requerimento dirigido a Seção de Logística da PR/RJ, através de mensagem eletrônica para o endereço de e-mail: prj-patrimonio@mpf.mp.br, no prazo máximo de **25 (dias) dias** contados a partir da divulgação deste edital na página da PR/RJ na internet (www.prrj.mpf.mp.br).

4. No requerimento deverão constar a completa identificação do interessado (razão social, CNPJ, endereço completo, dados pessoais do responsável legal, nome completo, cargo/função).

5. Os órgãos ou entidades interessadas deverão apresentar, oportunamente, os documentos a seguir elencados, em cópias autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais:

5.1) prova de Certificação Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou comprovante de inscrição de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e requerimento subscrito pela respectiva autoridade;

5.2) para instituições filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal e para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

5.2.1 - certidão ou decreto declaratório expedido pelo Ministério da Justiça ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

órgão competente, emitido em nome da Pessoa Jurídica de Direito Privado, atestando sua condição de Instituição Filantrópica reconhecida como de utilidade pública do Governo Federal ou Sociedade Civil de Interesse Público;

5.2.2 – declaração firmada pelo representante legal do órgão/entidade, atestando sua regularidade à legislação vigente;

5.2.3 – a documentação apresentada não deverá conter rasuras, emendas ou entrelinhas, como também deverá encontrar-se dentro do prazo de validade, sob pena de desqualificação.

6. Habilitando-se vários órgãos e entidades, os bens patrimoniais serão doados prioritariamente e na ordem a seguir, com base no que estabelece os inc. I, II, e III do Art. 15 do Dec. 99.658/90 e as alterações constantes dos Dec. 4.507/02 e 6.807/07:

- a) órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional;
- b) órgão integrante dos demais Poderes da União, Estado e Municípios mais carentes;
- c) empresas públicas;
- d) sociedade de economia mista;
- e) instituições filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal;
- f) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

7. Entre os órgãos ou entidades de mesma natureza ou categoria, a classificação far-se-á pela ordem cronológica de manifestação de interesse;

8. As entidades concorrentes serão pesquisadas quanto a inscrição no CADIN. O registro de débito elimina a entidade do rol das possíveis beneficiárias.

9. Encerrado o prazo, respeitado o horário de expediente desta PR/RJ, para manifestação de interesse, será(ão) desconsiderado(s) o(s) pedido(s) extemporâneo(s).

10. Os bens constam de lote único, não cabendo a escolha de um em detrimento de outro pelo órgão/entidade, a qual assinará nota de transferência de responsabilidade emitida em nome do adquirente;

11. Os bens listados estão armazenados no Município do Rio de Janeiro e serão entregues ao donatário no estado e local em que se encontram, ficando a cargo deste a sua retirada após conclusão do processo de doação.

12. Caso entendam necessário, os interessados poderão vistoriar previamente os bens passíveis de desfazimento, nas dependências onde se encontram localizados na Av.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nilo Peçanha, 31, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-100. A vistoria deverá ser agendada por meio de contato com a Divisão de Biblioteca e Pesquisa, pelo telefone (21) 3971-9409 ou 3971-9411.

13. A Administração poderá revogar a alienação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente justificado. Não gerando a obrigação de indenizar.

14. As dúvidas surgidas na aplicação do presente edital, como também os casos omissos e esclarecimentos adicionais serão resolvidos pelo chefe da Seção de Logística desta PR/RJ.

RIO DE JANEIRO, 08 DE MARÇO DE 2016.

KAMILA CLEMENTE DILON
Seção de Logística da PR/RJ